

**18º Congresso Brasileiro de Sociologia**  
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)  
Grupo de Trabalho 22:  
MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

**Fortaleza está na rede:**  
o caso dos movimentos DaquiNãoSaio e ResistênciaVilaVicentina

LINDA MARIA DE PONTES GONDIM  
Universidade Federal do Ceará - UFC;

ALINE MARIA MATOS ROCHA  
Universidade Federal do Ceará - UFC  
Universidade de Fortaleza - UNIFOR

JUNHO, 2017

## RESUMO

O trabalho, fruto de pesquisa qualitativa em andamento, discute duas mobilizações contra a expulsão de moradores pobres em áreas de valorização imobiliária, em Fortaleza. A primeira diz respeito a um grupo de 40 famílias que teriam suas casas desapropriadas para o alargamento de uma avenida de acesso a um *shopping*. A segunda mobilização foi contra a demolição, para dar lugar a um edifício, de um conjunto de casas construídas nos anos 1940 para idosos e seus descendentes, a Vila Vicentina. Nos dois casos, profissionais e entidades de diversas áreas articularam-se com moradores, fazendo uso de redes sociais virtuais e ações presenciais. A primeira mobilização conseguiu que a prefeitura recuasse das desapropriações e a segunda obteve tombamento municipal provisório da Vila, impedindo a continuidade das demolições. Analisamos o potencial das redes digitais não só em publicizar reivindicações, mas em convocar e motivar a ação coletiva. O estudo pretende esclarecer a natureza dos movimentos sociais urbanos contemporâneos e em que medida eles podem contribuir para práticas mais responsivas por parte dos agentes envolvidos na gestão pública. Tal entendimento possibilita a compreensão das condições que envolvem a ação coletiva e a organização de mobilizações em prol do direito à cidade por parte de grupos excluídos da agenda política.

Palavras-chave: movimentos sociais urbanos; ação coletiva; direito à cidade; ciberativismo.

## 1 Introdução

A pesquisa em andamento trata da relação entre tecnologias de informação e comunicação e movimentos sociais urbanos. Durante o ano de 2016, realizamos observações de caráter não sistemático a algumas mobilizações que ocorriam em Fortaleza, CE, e que eram divulgadas nas mídias digitais, principalmente a rede social *Facebook*. Essas observações tinham como propósito promover uma aproximação com o campo de investigação pretendido e obter impressões preliminares a respeito de possibilidades e recortes empíricos futuros.

No primeiro semestre de 2016, chamou atenção o caso do movimento #DaquiNãoSaio<sup>1</sup>, uma mobilização realizada por moradores da Rua Santa Sofia, no bairro Presidente Kennedy, que seria removida pela prefeitura para o alargamento de vias que dariam acesso a um *shopping* recém-inaugurado no bairro. Uma página no

---

<sup>1</sup> A *hashtag* "#", código que antecede os termos que se quer atribuir aos movimentos, é utilizada nas redes sociais digitais como forma de indexar palavras-chave para busca posterior em aplicativos como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, dentre outros. Os termos são digitados sem espaçamento entre as palavras. A *hashtag* também possibilita ranquear termos recorrentes nas redes digitais.

*Facebook* foi criada com o propósito de dar visibilidade à causa, e o movimento ganha adesão de apoiadores externos, vinculados às universidades, Organizações Não-Governamentais, dentre outros.

Ressalte-se que “ganhar adesão” nas redes sociais digitais significa a obtenção expressiva de “curtidas” a uma página, o compartilhamento de uma informação publicada, assim como o grande número de comentários que esta poderá suscitar. Essa adesão pode não gerar repercussão presencial e transformações tangíveis, ainda que a moção gerada pelos constantes comentários, compartilhamentos ou curtidas possa dar notoriedade aos eventos, no âmbito das redes virtuais.

Em outubro do mesmo ano, passa a ganhar notoriedade o caso dos moradores da Vila Vicentina, no bairro Dionísio Torres. Envolvida em situação semelhante, as casas da vila seriam demolidas para dar lugar a um edifício de apartamentos. Tendo em mente as observações prévias realizadas, o campo empírico começava a “tomar forma”. O problema da habitação e da luta pela permanência no espaço urbano surge como questão que embala as mobilizações observadas, oferecendo mote para a organização coletiva. As observações acerca do caso da Vila Vicentina foram tomando caráter mais sistemático em novembro de 2016. A mobilização iniciou em outubro, estando ainda em desenvolvimento, oferecendo maior sincronismo no acompanhamento do caso e das ações desenvolvidas.

A discussão proposta respalda-se no interesse em pesquisar movimentos sociais urbanos que passaram a ocupar o espaço virtual da internet, repercutindo ações de mobilização, organização e divulgação de reivindicações, sendo abordados os casos dos movimentos *DaquiNãoSaio* e *ResistênciaVilaVicentina*. O último, em meio ao andamento das ações de mobilização, tem oferecido melhor oportunidade de acompanhamento, tanto presencial como virtual; já o primeiro, teve suas ações recuadas, na medida em que os moradores obtiveram conquista de permanência no lugar, estando as observações centradas nas ações já ocorridas, divulgadas na página do movimento, no *Facebook*.

O estudo, de natureza qualitativa, desenvolve-se por meio de uma etnografia, tendo como procedimentos a observação participante, a realização de entrevistas

semiestruturadas, a análise de documentos e acompanhamento de publicações disponíveis na rede social *Facebook*.

Os fenômenos sociais de um modo geral, e em particular aqueles que encontram na internet um importante meio de difusão, caracterizam-se por sua complexidade e pela necessária reflexão sobre como investigá-los e “acessá-los” por meio da pesquisa sociológica. O objeto de estudo em questão diz respeito a mobilizações coletivas oriundas de problemas urbanos localizados, situados geograficamente na cidade. A mobilização em torno desses problemas e demandas tem encontrado nas redes sociais digitais espaço não só para divulgação, sinalizando para algo de maior complexidade e significação. Desse modo, a pesquisa tem se “desdobrado” na observação e inserção em espaços que possuem múltiplos atravessamentos.

## **2 Os casos: conflito, mobilização e direito à cidade**

Em 19 de fevereiro de 2016, é veiculada a notícia de que os moradores da Rua Santa Sofia, no bairro Presidente Kennedy, estariam se mobilizando para contestar a obra de alargamento de vias de acesso a um *shopping* a ser inaugurado no bairro. Por conta da obra, casas e estabelecimentos comerciais situados na rua seriam desapropriados. Os moradores articularam-se e criaram o movimento *Daqui Não Saio*, com uma página no portal *Facebook* para divulgar ações de mobilização, pautas do movimento, dentre outras atividades e esclarecimentos (RODRIGUES, 2016).

A página do movimento *DaquiNãoSaio* foi criada no início do mês de fevereiro, em 2016. As publicações iniciais ressaltam o Decreto nº 13.642, de 17 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial do Município, que prevê a desapropriação dos imóveis situados à Rua Santa Sofia, no cruzamento com a Av. Dr. Theberge, dentre vídeos com depoimentos de moradores, fotografias e imagens do local a ser atingido. Uma das publicações identifica a causa e seus principais opositores:

Famílias do Bairro Presidente Kennedy e adjacências isso é um problema de todos. Hoje são os moradores da Dr Theberge com Santa Sofia, amanhã poderá ser com você. Lembrem-se que o projeto é melhorar/maquiar todo o entorno do shopping Rio Mar. Já vimos isso ocorrer na Av Olavo Bilac, na

Av Sargento Hermínio e agora estamos vendo acontecer numa pequena parte da Av Dr Theberge. Ainda falta muita coisa mudar para atingir os objetivos deles (Prefeitura Municipal de Fortaleza e Shopping Rio Mar Presidente Kennedy). (DAQUINÃOSAIO, 14 fev. 2016).

Os participantes, em publicação do dia 16 de fevereiro de 2016, comemoravam o número significativo de visualizações – mais de 30 mil e cerca de 250 compartilhamentos – de um documentário em que expõem a causa dos moradores, agradecendo o apoio, por meio do expressivo número de curtidas à página recém-criada, e conclamando os seguidores a participarem de uma assembleia no bairro. Antes do fim do mês de fevereiro já contavam com mais de 1500 apoiadores, contados por meio do número de perfis que “curtiram” a página.

Segundo informações veiculadas, 40 famílias, aproximadamente 200 pessoas, seriam diretamente atingidas pelas remoções. No trecho a ser demolido também estava uma escola de educação infantil, com 150 crianças matriculadas. Entre assembleias, audiências públicas na Câmara Municipal e na Defensoria Pública Estadual e manifestações de rua, o movimento conquista a permanência no lugar, obtendo o recuo da prefeitura em dar continuidade às desapropriações. A vitória culmina com a publicação de um novo decreto, de nº 13.758, de 04 de março de 2016, em que as obras de alargamento não mais atingiriam a Rua Santa Sofia. Esta situa-se numa área do bairro que estaria fora de parâmetros urbanos predefinidos e em que residem famílias pobres.

A chegada do *shopping* no bairro é vista com otimismo por parte de agentes do mercado e do poder público municipal. Esse tipo de empreendimento é definido como âncora na criação de novas centralidades urbanas, produzindo dinamização econômica, oportunidade de empregos e serviços, além de ampliar a oferta de lazer e entretenimento à população, numa área que não costuma receber investimentos desta monta (MUNIZ, 2016). Por outro lado, tais considerações são facilmente questionáveis, uma vez que a chegada de um empreendimento dessa natureza pode provocar o encarecimento de bens, serviços, aluguéis etc, o que contribui para enfraquecer dinâmicas socioespaciais locais e promover a substituição de habitações e moradias de baixo custo por projetos habitacionais para perfis

socioeconômicos médios e altos (FURTADO, 2014). Esse processo de gentrificação<sup>2</sup> inviabilizaria a permanência de moradores pobres no bairro, confirmando, como previsto, a criação de uma nova centralidade urbana, porém restritiva e assentada na reprodução de segregações e de disparidades socioespaciais.

Em outubro, veicula-se a notícia de que uma vila no bairro Dionísio Torres estaria sendo alvo de disputa. A situação da Vila passa a ficar em evidência nas redes, e a disputa envolvia o “tom ameaçador” por parte de agentes do setor imobiliário da capital, cujo flerte com a área em que se situa a Vila não seria recente (ARAÚJO, 2016).

Também conhecida por “Vila Cinzenta”, devido a cor predominante na pintura das fachadas das casas, o conjunto de 40 casas ocupa a quadra compreendida entre as ruas Tibúrcio Cavalcante, Dom Expedito Lopes, Nunes Valente e a avenida Antônio Sales. Ali residem famílias de baixa renda, descendentes dos primeiros moradores, alguns dos quais ainda permanecem no lugar. A Vila foi construída em 1938, em terreno doado pelo médico e farmacêutico Dionísio Torres, também empreendedor. Este adquiriu as terras, situadas na parte mais alta da cidade, e as intitulou “Estância”, iniciando o processo de ocupação da zona leste de Fortaleza. O bairro da Estância ficou assim conhecido na época, por suas áreas verdes e amplos espaços ainda não ocupados e, atualmente, recebe o nome do empreendedor.

Trata-se de uma área disputada por parte de investidores imobiliários, tendo em vista que no bairro Dionísio Torres, o preço do metro quadrado dos terrenos é avaliado em R\$ 5.000,00, cinco mil reais (DIÁRIO DO NORDESTE, 2016).

Data do dia 15 de outubro de 2016 a primeira publicação na página ResistênciaVilaVicentina, criada no portal de relacionamentos *Facebook*. A exemplo do que foi observado no movimento DaquiNãoSaio, a página divulga informações acerca da situação da Vila, sua história, assim como outros eventos relacionados à defesa do local. Alguns moradores cederam a uma proposta de negociação de seus imóveis, que previa a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e um apartamento situado no município de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza. Uma ação de reintegração de posse, visando a restituição dos imóveis negociados, foi realizada no fim do mês de outubro, em meio a tumultos e

---

<sup>2</sup> Ver Furtado (2014).

repercussão na internet. Durante a ação, três das nove casas negociadas foram totalmente demolidas; seis outras sofreram demolição parcial, tendo parte do telhado ou o telhado inteiro removido. As demolições trouxeram fragilidade às casas vizinhas, que tiveram sua estrutura comprometida. Com os telhados arrancados, as casas ao lado ficam expostas a infiltrações, deixando os moradores apreensivos quanto à sua segurança no local e com a saúde emocional vulnerável diante da situação de indecisão e a constante ameaça de saída do lugar.

A repercussão do caso da Vila nas redes sociais potencializou-se com o evento truculento das remoções – ressalte-se que no dia das demolições, o mesmo juiz que assinou a ordem de reintegração de posse mandou suspendê-la, julgando a demolição “precipitada e imprudente” (SENA, 2016). O Escritório Frei Tito, da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, passou a assessorar o caso, apontando ilegalidades envolvendo a ação, dentre elas a ausência de título de propriedade da área, o que inviabilizaria sua negociação por parte da instituição que reivindica a propriedade do terreno em que as casas estão construídas. Uma das ações do Escritório foi notificar o Ministério Público e órgãos da Prefeitura, como a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma), o Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor) e a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor). O Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB), da Universidade Federal do Ceará, também passou a acompanhar o caso, mediando atividades e dando esclarecimentos aos moradores quanto ao direito de permanência no local.

Com os apoiadores externos e o alcance do movimento nas redes sociais digitais, os moradores que defendem a resistência, reivindicando o direito de permanecer no lugar, ganham certo “fôlego” e ânimo para continuar. Representantes de movimentos sociais, estudantes e pesquisadores de diversas faculdades e universidades fizeram-se presentes, solidarizando-se com o movimento.

As características da Vila contribuíram para fortalecer o movimento. Um argumento contra a intervenção da qual resultaram as demolições é o fato de o conjunto residencial, de acordo com o Plano Diretor Participativo de Fortaleza, Lei Complementar nº 062/2009, estar inserido em área classificada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) tipo 1. Tais áreas “são compostas por assentamentos

irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental”. Apesar de não se tratar de ocupação desordenada e contar com acesso a serviços básicos, a Vila Vicentina carece de ampliação da oferta de infraestrutura urbana e sobretudo de regularização fundiária, para que seus moradores tenham segurança quanto à permanência no local que ocupam há décadas.

De um modo geral, as ZEIS são importante instrumento para garantir a função social da cidade e da propriedade urbana. Ocorre que esse instrumento ainda não foi objeto de regulamentação, fato que inviabiliza que seus objetivos sejam atendidos plenamente.

Um instrumento mais efetivo para o movimento em prol da permanência da Vila Vicentina revelou-se ser o tombamento. Diferente dos imóveis da rua Santa Sofia, localizados em um bairro (Presidente Kennedy) onde o valor do terreno não é elevado, a Vila Vicentina situa-se, como foi mencionado, em área de intensa valorização imobiliária. Nesse contexto, seria difícil reivindicar a desapropriação. No entanto, o movimento pôde reivindicar a permanência da Vila não só em atendimento à função social da propriedade, mas também por seu valor histórico, arquitetônico e urbanístico, associados à memória afetiva dos moradores. Destaque-se sua tipologia arquitetônica, que contrasta com a verticalização do bairro, e que, aliada à presença do verde, contribui para a “amenização ambiental” (DUARTE Jr., 2017, p. 50). Daí a viabilidade de recorrer ao tombamento como instrumento de proteção do bem e dos direitos de seus moradores.

Três pedidos concomitantes de tombamento, realizados no final do mês de outubro de 2016, foram apresentados à prefeitura pelos vereadores João Alfredo (Pso), Guilherme Sampaio (PT) e pelo Arquiteto Urbanista Romeu Duarte Júnior. O local teve tombamento provisório deferido, devendo passar por um estudo que viabilizará a apresentação e votação ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza (Comphic). O período de tombamento provisório tem o prazo de seis meses, tempo em que o estudo do local deve ser

realizado e finalizado<sup>3</sup>. O tombamento, mesmo sendo provisório, garante que o bem em estudo não pode sofrer qualquer dano ou interferência. Assim, a ação do tombamento provisório deu vitória parcial ao movimento (ARAÚJO, 2016).

O movimento *DaquiNãoSaio*, ao conseguir vitória no que se refere à permanência no local, passou a modificar sua agenda de inserções na página virtual do *Facebook*, muitas delas relacionadas ao apoio a outros movimentos semelhantes na cidade, inclusive ao movimento *ResistênciaVilaVicentina*. Este último segue sua agenda de mobilizações, uma vez que o ganho de permanecer no lugar ainda não está garantido.

A cidade de Fortaleza não apresenta números favoráveis quando se trata de políticas públicas de acesso à moradia. O enfrentamento da questão, por parte do poder público municipal, tem sido marcado por ações de remoção, feitas sem diálogo com as populações atingidas. O Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB), da Universidade Federal do Ceará, com o objetivo de mapear e visibilizar ações de remoção que ocorrem na cidade, bem como identificar a atuação dos movimentos sociais urbanos no que se refere ao enfrentamento do problema, aponta que mais de 20 mil famílias foram alvo de remoção nos últimos oito anos na cidade. Como agravante, há o dado de que existem cerca de 840 comunidades que vivem em situação de precariedade e informalidade urbana em Fortaleza, o que poderá contribuir para o aumento das remoções e violações de direitos (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2017).

### **3 A natureza dos conflitos estudados: entre repertório, política e afetos**

O uso das mídias digitais disponíveis na internet torna visíveis questões de ordem urbana, as quais passam a interpelar diferentes atores, fornecendo pautas para a articulação de movimentos que canalizam demandas sociais, novas e antigas. Nesse sentido, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) fornecem

---

<sup>3</sup> O arquiteto Romeu Duarte Jr. (2017) coordenou um estudo, realizado entre março e maio do corrente ano, para subsidiar a elaboração da instrução de tombamento municipal para a Vila Vicentina da Estância, o qual foi encaminhado à Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor). Esse relatório servirá como material complementar aos estudos que serão conduzidos por membros da Secretaria e deve ser submetido para votação definitiva no Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza.

um instrumental para expressar tais demandas, inserindo-se, ao mesmo tempo, como campo estratégico para a investigação sociológica.

Em Fortaleza, exemplos da repercussão do potencial da rede em mobilizar diferentes atores em prol de causas comuns foram os movimentos em defesa do Parque do Cocó e da Praça Portugal. No primeiro caso, tratava-se de oposição à obra para construção do viaduto no cruzamento das avenidas Engenheiro Santana Júnior e Antônio Sales, nas imediações do parque. A obra previu a derrubada de 94 árvores, o que incomodou movimentos ligados à questão ambiental, além de convocar um debate sobre intervenções urbanas consideradas inadequadas, como a construção de viadutos, quando se pensa em democratização da mobilidade urbana. O movimento incluiu uma ocupação na área do parque que durou quase três meses. O ato, apesar de intensa repercussão, não conseguiu impedir a realização da obra (ATO PROTESTA POR..., 2013; JUSTIÇA AUTORIZA... , 2013).

No caso da Praça Portugal, a Prefeitura pretendia destruí-la para dar lugar a um cruzamento nas avenidas Dom Luís e Desembargador Moreira. Esse projeto, apresentado em março de 2014, eliminava a praça, situada numa rotatória do bairro Aldeota, em favor da implantação de um novo cruzamento, prevendo a retirada de cerca de 200 árvores da avenida Dom Luís. A obra não obteve aprovação de parte da população e a prefeitura recuou da demolição. Diversos grupos pró Praça Portugal foram criados em redes sociais como o *Facebook*, tendo os manifestantes organizado ações de ocupação do lugar, por meio de atividades infantis, feiras de artesanato e comidas típicas, dentre outras ações (GRUPO PROTESTA CONTRA..., 2014; PREFEITO RECUA..., 2015).

Outro exemplo é o movimento “Quem dera ser um peixe”, criado com o objetivo de contestar a obra do Acquario Fortaleza, um oceanógrafo a ser construído na Praia de Iracema, cujo projeto é conduzido pelo governo do estado. O movimento torna público, nas redes sociais virtuais, problemas administrativos relacionados à obra, assim como pressiona a sociedade a refletir sobre as reais necessidades de tal empreendimento para a cidade. Também denuncia as possíveis consequências do equipamento para a comunidade Poço da Draga, localizada nas imediações. O “Quem dera” tem a internet como principal ferramenta de articulação e mobilização,

lançando mão, também, de estratégias institucionais, como denúncias aos ministérios públicos (GONDIM, 2013).

Percebe-se que o espaço urbano passa a despertar certo número de manifestações e mobilizações nas redes sociais virtuais, as quais canalizam expressões de descontentamento em torno de causas, que podem ou não repercutir em contextos presenciais. Historicamente, não há nada de novo em contestações coletivas que envolvem a cidade, uma vez que a produção e reprodução do espaço urbano continuam por abrigar conflitos latentes. No entanto, para os propósitos desta pesquisa, cabe analisar questões acerca da ação coletiva e sua organização sistemática, tendo em vista que o espaço público dos movimentos sociais contemporâneos é essencialmente híbrido, formado a partir da relação entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado (CASTELLS, 2013; GOHN; BRINGEL, 2014).

A relação híbrida entre espaço público urbano e ciberespaço tem otimizado as possibilidades de divulgação dos movimentos e inaugura a disseminação de ideias em uma nova escala. Com efeito, isso pode contribuir para a percepção dos mais variados problemas que pululam o cotidiano urbano, passando pelo trânsito, pela violência, pelo uso indevido do espaço público, pela crítica, rechaço e ausência de políticas públicas, dentre outros<sup>4</sup>.

Os movimentos sociais são expressões da ação coletiva organizada, orientados pela conquista de interesses, defesa de argumentos, visões de mundo, dentre outras questões que sinalizem, direta ou indiretamente, as mudanças que visam alcançar. Por extensão, os movimentos sociais urbanos podem ser caracterizados por sua capacidade de canalizar conflitos sociais por meio das mobilizações populares que se desenvolvem nos centros urbanos.

Ao mesmo tempo em que é necessário demarcar conceitualmente os movimentos sociais e sua importância analítica, no entender de Melucci (2001), percebê-los como unidade empírica, destituída de heterogeneidades, torna o estudo do objeto afeito a epistemologias ingênuas. Para Melucci (2001, p. 30), muitas

---

<sup>4</sup> Não se pode esquecer, por outro lado, que as redes sociais também podem ser palco de toda sorte de manifestações preconceituosas e intolerantes, que rechaçam políticas inclusivas ou apoiam medidas violentas com repercussão no espaço público, como foi o caso recente do despejo dos moradores da “cracolândia” em São Paulo.

vezes, o objeto movimentos sociais é tomado por reificações em que a “dimensão coletiva do agir social” é interpretada como algo dado. Ao contrário, é necessário interrogar o que surge como “dado”, como obviedade, em busca de desvendar como o fenômeno é produzido. Para o mesmo autor, só assim consegue-se identificar e, em suas palavras:

[...] fazer emergir a pluralidade de orientações, significados, relações que convergem para o mesmo fenômeno. Colocar o problema da formação de um ator coletivo significa reconhecer que aquilo que, empiricamente, se chama “movimento” e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribui uma unidade essencial, é, na realidade, a resultante de processos heterogêneos (MELUCCI, 2001, p. 32).

Os movimentos observados constituem certa unidade, uma vez que possuem objetivos comuns, mas abrigam fontes heterogêneas, que vão desde a particularidade dos integrantes atingidos pela questão que denunciam a atores sociais que não se vinculam diretamente aos problemas enfrentados. Além disso, a heterogeneidade advém de outras pluralidades, aglutinando-se em torno de uma diversidade de reivindicações que também se vinculam, de forma direta ou indireta, ao uso do espaço e à dimensão urbana, tais como: os movimentos cicloativistas, socioambientais, feministas, artísticos, culturais, dentre outros. No caso dos movimentos que são o foco deste trabalho, note-se o contraste das estratégias e dos processos em causa: no DaquiNãoSaio, sobressai a demanda por permanecer em um bairro de pouca valorização imobiliária, o que, provavelmente, ajudou a viabilizar a vitória obtida. Já no caso da Vila Vicentina, localizada em um bairro de alta valorização imobiliária, foi a possibilidade de tombamento que vem garantindo o êxito do movimento.

### **3.1 Heterogeneidade, tensão e repertório**

Campos de tensão constituem a formação de um movimento. No caso da Vila, por exemplo, nem todos os moradores apoiam o movimento da Resistência. Entre os moradores das quarenta casas, nove negociaram sua saída dos imóveis e quinze passaram a compor o movimento. Os restantes, dezesseis, aceitam negociar as moradias, não participando de nenhuma ação relacionada à Resistência. Os que integram o movimento, contudo, avaliam que parte dos que querem negociar estão “em cima do muro”, aguardando que a situação seja melhor definida. A advogada

que acompanha o caso, do Escritório Frei Tito de Alencar, não vê os moradores reticentes como opositores diretos à causa, pois acredita que estes estão sob uma forma de pressão que os torna frágeis ante o dilema de negociar e sair “com alguma coisa”, ou resistir contra “pessoas poderosas” e sair “sem nada” (Entrevistas com membros da Resistência e com a advogada do Escritório Frei Tito, realizadas, respectivamente, em 10 jan. 2017 e 22 maio 2017<sup>5</sup>).

Esse campo de tensão heterogêneo é parte do conjunto de disposições, situações e recursos que dotam o objeto “movimentos sociais” de uma carga prolixa de elementos a analisar. É fato que os resultados prévios dos casos em estudo – em especial o da Vila, ainda em desenvolvimento – não podem ser generalizados, mas ambos têm elementos relacionados a princípios de análise do fenômeno. Dentre a miríade de fatores, está o uso da internet como recurso de divulgação e pressão, que tem acrescentado elementos novos no que se refere ao campo de tensão e heterogeneidade em que estão envolvidos os movimentos.

McAdam; Tarrow e Tilly (2009, p. 11) esclarecem que “o confronto político tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas”. O que os autores nomeiam de confronto político vem ao encontro da noção de conflito, entendida por Melucci (2001) como condição central expressa pelos movimentos sociais. A percepção da luta de dois atores pela apropriação de recursos que ambos valorizam atende aos princípios de análise dos movimentos sociais, conforme pontua Melucci (2001, p. 33-34):

os atores de um conflito se enfrentam, no interior de um campo comum, para o controle dos mesmos recursos. Para que exista um conflito é preciso poder definir os atores a partir de um sistema comum de referência e é necessário que exista uma aposta em jogo à qual ambos os adversários se referem implícita ou explicitamente.

Os atores em conflito, identificados a partir dos casos em estudo, têm na disputa pelo espaço urbano um sistema de referência comum, o qual esbarra na contestação de formas hegemônicas de produção e reprodução desse espaço. O *shopping* (presença explícita no caso da Rua Sofia), a construtora, a prefeitura e o mercado imobiliário formam um elenco de marcadores referenciais que definem

---

<sup>5</sup> Os nomes dos informantes não foram mencionados, a fim de lhes resguardar o anonimato.

opositores contra os quais os movimentos sociais devem lutar. Identificados os opositores mais imediatos, outros reivindicantes – assessorias populares como o Lehab e o Escritório Frei Tito, voluntários ligados a Universidades e centros de pesquisa, políticos comprometidos com a defesa do direito à habitação, entre outros – passam a aderir às causas pretendidas, contribuindo para a formação de alianças e grupos de pressão a opositores “clássicos” quando se pensa na luta pela reforma urbana.

O surgimento de um movimento social relaciona-se com a capacidade de articulação de uma arena pública, em que os manifestantes, além de expressar e justificar suas pautas, também constroem identidades. Estas são orientadas tanto para apoiadores como para opositores, uma vez que estabelecem um senso de “nós” e definem com certa clareza, e relativa homogeneidade, aquilo por que (e contra quem) lutam, defendem e reivindicam (GONDIM, 2013).

Além disso, não se pode ficar indiferente às estratégias utilizadas pelos movimentos quanto à criação de espaços para troca de informações, publicização de ações, articulações, dentre outras atividades relacionadas a sua manutenção e à conquista pretendida. As estratégias de engajamento passam pela criação de espaços virtuais, os quais fazem parte de um repertório em comum. Compreende-se o repertório como um dos aspectos basilares ao entendimento dos movimentos, na medida em que “não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores” (MCADAM; TARROW e TILLY, 2009, p. 24).

Ao longo do tempo, os movimentos sociais utilizam-se de repertórios de confronto, que visam expressar suas reivindicações. Formas mais ortodoxas e tradicionais de manifestação estão, muitas vezes, na ocupação de ruas, na obstrução de vias, paralisações, passeatas, piquetes. Cabem às autoridades reagir com repressão quando um novo repertório é adicionado, o que cumpre definir estratégias de controle social. É o que percebem McAdam, Tarrow e Tilly (2009), quando concluem que o repertório associado aos movimentos expressam a constante tensão entre inovação e persistência. Permanecer no repertório reduz sua eficácia instrumental, uma vez que suas estratégias de pressão tornam-se comuns,

devendo encorajar a criação de novas táticas que sejam custosas aos interesses que visam abalar.

Convém esclarecer em que medida o repertório utilizado pelos movimentos atuais tornam o uso da internet algo naturalizado, reduzindo sua eficácia como elemento de pressão. Ao mesmo tempo, outra questão se enuncia: de que modo esse instrumental impacta na formação do ator coletivo?

De fato, o uso da internet como mobilizador de ações e reivindicações coletivas tem sido associado a comodismo, sendo identificado, muitas vezes, a um “ativismo de sofá”. Ainda que não se possa ignorar a possível passividade do ciberativismo, mesmo assim ele pode contribuir para a repercussão de uma indignação e causar incômodos quando se pretende atingir um alvo específico. No caso do movimento *DaquiNãoSaio* a divulgação de um vídeo com aproximadamente 11 minutos, postado no *YouTube*, obteve em alguns dias mais de 3 mil visualizações e centenas de compartilhamentos no *Facebook*. O vídeo, entre depoimentos de moradores da Rua Santa Sofia, inicia percorrendo os tapumes do entorno da obra do *shopping* Rio Mar – empreendimento que havia motivado as desapropriações para o alargamento de uma via de acesso ao local e com inauguração prevista para outubro do ano passado. Não podemos mensurar até que ponto esse tipo de propagação negativa, associada à imagem do *shopping*, foi um elemento decisivo no recuo das desapropriações. No entanto, quando de sua inauguração, o *shopping* divulgou em suas mídias sociais uma campanha com o mote “Da minha casa dá para ver o *shopping*”, o que talvez sinalize uma tentativa simbólica de “reparação”, quando sua chegada ao bairro Presidente Kennedy foi associada a remoções de populações de baixa renda.

A internet, em meio a suas vantagens instrumentais, não eliminou o uso de repertórios convencionais, como as manifestações de rua. Em anos recentes, assiste-se ao caso das ocupações de espaços públicos urbanos, que alavancaram e deram visibilidade para além das telas e teclados, como foi o caso de movimentos mundialmente famosos como o *Occupy Wall Street*, em Nova Iorque e o Indignados, em Barcelona, Madrid e outras cidades espanholas. Na esteira do simbolismo e efetividade dessas ocupações, o movimento Ocupe Estelita, no Recife, sobressai-se na luta contra modelos de urbanização excludentes e segregadores, promovendo

inúmeras ações de mobilização e ocupações na área do cais José Estelita no centro da cidade, em que cerca de 10 hectares seriam destinados à construção de 12 torres de edifícios com 40 andares a grandes empreiteiras. O movimento segue com atividades na área, oferecendo resistência, que persiste há três anos, contra a efetivação do projeto, intitulado “Novo Recife”.

Numa assembleia popular pelo direito à cidade, realizada este ano na Vila Vicentina, um dos participantes ressaltou a importância de conscientização das bases e das populações de bairros carentes, já atingidos, em Fortaleza, por remoções para as obras da Copa do Mundo de 2014, ou sofrendo ameaças de remoção em favor de outras medidas excludentes. Em suas palavras, “trabalho de base não é *Facebook*, não é *Instagram*, é estar na base, é agir junto à base!”. Sua fala sintetiza a preocupação de que os movimentos não fiquem restritos à internet mas que tenham suas ações estendidas a um trabalho de formação e conscientização de atores sociais que já integram e possam integrar à luta pelo direito à cidade.

### **3.2 Cultura, identidade e memória nos movimentos sociais**

Os movimentos sociais compõem um objeto de estudo clássico na sociologia. São tematizadas a formação da ação coletiva e seus desdobramentos; sendo possível identificar, ao longo do tempo, diferentes posturas teórico-metodológicas em sua investigação. Por vezes, a observação e identificação do objeto reduz-se a suas manifestações empíricas, contribuindo para que seus ciclos de ação-retroação, fluxo-refluxo, façam obscurecer sua existência/latência na estrutura social (GOHN, 2014; GONDIM, 2013).

Gohn (2014) observa que a agenda de pesquisas na área revela uma certa fragmentação entre vertentes analíticas que procedem de diferentes matrizes, desde materialistas, pós-coloniais, fenomenológicas e culturalistas. Alonso (2009), numa análise da trajetória de estudos do fenômeno, avalia que o “pêndulo explicativo” dos movimentos sociais desloca-se, nos anos 1990, de sua dimensão estrutural para a cultural. Nesse sentido, o eixo analítico dos movimentos, como observado por Gohn (2014), nas primeiras décadas do século XXI, vêm assentando-se, dentre outras correntes, em teorias preocupadas com processos de construção de identidades,

ancoradas a pertencimentos a territórios, religião, faixa etária, etnias, gênero, dentre outros. Tais processos, por sua vez, vinculam-se à construção de sentidos e produção de significados em torno de suas ações e atuação coletivas.

O estudo desses aspectos vem apoiado no reconhecimento gradual da cultura como “chave explicativa” à análise dos movimentos sociais. A Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, protagonizadas, respectivamente, por autores como Charles Tilly e Sidney Tarrow; e Touraine, Habermas e Melucci, passaram a reconhecer que elementos culturais e identitários, assim como os políticos, aliam-se na explicação da organização da ação coletiva (ALONSO, 2009).

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais entende o ator coletivo como “portador de um projeto cultural”. Com efeito, essa perspectiva é válida para a compreensão dos movimentos atuais, na medida em que considera que os atores constroem a ação coletiva conforme se comunicam, “produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões” (ALONSO, 2009, p. 65).

No caso da Vila Vicentina, em especial, o movimento passa a dar ênfase na questão do patrimônio, por meio do pedido de tombamento. Sabe-se que o patrimônio é uma dimensão da memória, definida por Candau (2016, p. 18) como “identidade em ação”. O mesmo autor reconhece que as identidades

não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de “traços culturais” [...] mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações socio-situacionais - situações, contexto, circunstâncias - de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou étnicas (CANDAU, 2016, p. 27).

Ao chamar atenção para as interações socio-situacionais, Candau (2016) sensibiliza para as sutilezas e elementos circunstanciais aos quais estão vinculadas a construção de identidades. Ao mesmo tempo, tais interações socio-situacionais também estão apoiadas em contextos, de onde surgem sentimentos de pertença e “geradores de diferença”. Em sentido semelhante, Ana Fani Carlos (2007) entende o espaço geográfico como um produto histórico e social, meio em que as relações sociais concretas estão ancoradas. Assim, compreende-se que as relações

cotidiano-lugar, tempo-espaço, constituem elementos decisivos na formação da identidade habitante-lugar. Ter em mente esses processos identitários tem se mostrado necessário para os propósitos da pesquisa, já que o movimento ResistênciaVilaVicentina passa a acionar, como “gerador de diferença”, o cotidiano e o espaço vivido, tomados como memória e modo de vida a ser preservado.

Ghione (2016) comenta que a imposição de um modelo de cidade e de espaço urbano, que desprivilegia a convivência e o espaço público, traz como consequência a “morte da cidade”. Concebido como lugar de encontro, convivência social e exercício de sociabilidade, o ambiente urbano tem sido hostilizado em favor de modelos de moradia segregadores e espaços de convivência e lazer privatizados. Os condomínios fechados passam a ser modelos de moradia ideal para as classes média e alta, condições estas que tornam ruas e espaços públicos esvaziados e destituídos de seus usos tradicionais (SOUZA, 2008; CALDEIRA, 2000).

A Vila, por sua constituição arquitetônica: um conjunto de 40 casas e uma capela, que se dispõem rodeando todo um quarteirão, onde o fundo das residências dá para uma grande área central compartilhada, retoma modos de convivência urbana “perdidos”, numa região da cidade envolta por edifícios de apartamentos e grandes avenidas com fluxo intenso de veículos. Assim, essa “sociabilidade perdida” passa a ser admitida como patrimônio imaterial, sendo um dos elementos que dão fundamentação ao estudo de tombamento (DUARTE Jr, 2017).

A Vila Vicentina foi construída na primeira metade do século passado, tendo sua configuração espacial influenciado no modo como seus moradores vivem. Essas condições ajudam a compor a formação da imagem socioambiental, a qual “é uma construção social cuja base são as características físicas do local em estudo, as quais são decodificadas pelos indivíduos em função de suas [...] peculiaridades (idade, gênero, características e limitações físicas, personalidade, motivações, modo de contato com a área) e dos elementos da cultura local que influenciam o processo” (ELALI, 2007, online).

Esses fatores têm adicionando novas nuances ao estudo, exigindo aparatos teóricos que dialogam com vertentes da antropologia urbana. O mesmo não ocorreu com o movimento DaquiNãoSaio, dadas as peculiaridades do caso: as desapropriações foram recuadas em pouco mais de um mês do início das atividades

de mobilização. O processo de tombamento da Vila segue seu trâmite legal, tempo em que as ações em defesa do lugar, de seus moradores e dos hábitos de sociabilidade que os rodeiam continuam sendo realizadas, dotando o movimento de matizes que permeiam as dimensões política, cultural, afetiva e simbólica.

#### **4 Conclusão**

A análise aqui apresentada considerou dois casos de movimentos sociais articulados pelo uso da internet e de redes sociais, tendo em comum também a resistência a intervenções no sentido de remover famílias que se encontravam “no caminho” de interesses do mercado imobiliário.

O primeiro caso compreendeu moradias situadas na Rua Santa Sofia, no bairro Presidente Kennedy, para abrir espaço para o alargamento de uma rua que daria acesso a um novo *shopping center*. O movimento de resistência, intitulado DaquiNãoSaio, logrou êxito, na medida em que o traçado do acesso ao *shopping* foi modificado, viabilizando a permanência da Rua.

No caso da Vila Vicentina, a situação é mais complexa, pois a mobilização começou após uma ação de reintegração de posse de 12 casas, cujos moradores aceitaram sair. Destas, três foram completamente demolidas e nove foram danificadas, incluindo a retirada do telhado. Graças à intervenção do Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar, as demolições foram interrompidas, mas os moradores continuaram sob pressão de uma imobiliária, que oferta uma casa em Maracanaú e a quantia de 50 mil reais – completamente em desacordo com os preços praticados para imóveis na região onde se situa a Vila. As características desta viabilizaram o recurso ao instrumento do tombamento, justificado pelo valor arquitetônico-urbanístico, histórico e ambiental. O tombamento provisório, de acordo com a legislação, garantiu a permanência da Vila, cujos moradores, porém, encontram-se divididos quanto ao movimento ResistênciaVilaVicentina: nove já aceitaram negociar; 16 permanecem na Vila, mas não apoiam o movimento, que é integrado por 15 famílias. Esse dado indica uma característica frequente nos movimentos sociais, qual seja, a heterogeneidade, que é elemento constitutivo dos mesmos, já que necessária para fundamentar conflitos, que são a base e o móvel

das mobilizações. Por outro lado, os manifestantes – sejam eles apoiadores ou opositores da causa – também constroem identidades, importantes sobretudo para aqueles que têm menos recursos (materiais e institucionais). Nesse caso, o uso da internet não deixa de ser um fator de equilíbrio, por seu custo relativamente baixo e pela repercussão que propicia.

Esta pesquisa tem mobilizado um horizonte de compreensão que visa reconhecer o fenômeno sob os seguintes aspectos: trata-se de um objeto que se encontra ancorado na cidade, na medida em que questões urbanas convocam discussões e mobilizações que têm lugar nas redes sociais digitais; simultaneamente, é um objeto de estudo caro à teoria dos movimentos sociais, cujo repertório procura dar conta das dinâmicas atuais de atuação coletiva; a organização da ação coletiva, por sua vez, passa a ser dotada de características das relações de interação proporcionadas pela internet, que dão visibilidade a conflitos e a formas de expressão próprias.

A investigação analisa o uso de formas de expressão e organização coletiva que utilizam recursos das redes digitais, os quais podem favorecer, enquanto estratégia de pressão, novas posturas em relação à gestão urbana. Ao menos discursiva e formalmente, a participação e a horizontalidade na concepção e condução das políticas públicas urbanas são conquistas provenientes da Constituição Federal de 1988, coroadas com a promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001. Desse modo, é relevante investigar como o fenômeno de organização da ação coletiva tem se manifestado, a partir de estudos empiricamente sustentados. Para Durham (1986), tais práticas devem estar dentro do “campo de visão”, e sua percepção demanda a formulação de novas categorias e métodos de investigação social.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>>. Acesso em: 21 Fev. 2016.

ARAÚJO, Adriana. Vila na Aldeota é alvo de disputa. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 20 out. 2016. Disponível em: <<http://mobile.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/10/vila-na-aldeota-e-alvo-de-disputa.html>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Pedido de tombamento da Vila Vicentina é admitido pela Secultfor. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 08 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/11/pedido-de-tombamento-da-vila-vicentina-e-admitido-pela-secultfor.html>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

ATO PROTESTA POR OBRAS DE “MOBILIDADE URBANA DEMOCRÁTICA” EM FORTALEZA. **G1**. Fortaleza, CE, 15 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/08/ato-protesta-por-obras-de-mobilidade-urbana-democratica-em-fortaleza.html>>. Acesso em 16 jun. 2017.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Política e Sociedade**, v. 10. N. 18, p. 51-73, abr. 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ. **Com diálogo, Defensoria Pública evita demolição de casa na Vila Vicentina**. 28 out. 2016. Disponível em:

<<http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/com-dialogo-defensoria-publica-evita-demolição-de-casa-na-vila-vicentina/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

DIÁRIO DO NORDESTE. Negócios. **Preço do m<sup>2</sup> em Fortaleza é o maior em 12 meses**. Fortaleza, 10 Nov. 2016. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/preco-do-m-em-fortaleza-e-o-maior-em-12-meses-1.1649033>>. Acesso em: 12 Fev. 2017.

DUARTE JR., Romeu. (Coord.) **Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE**. Fortaleza, 2017.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas. In: CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. p. 17-37.

ELALI, Gleice Azambuja. Imagem socioambiental de áreas urbanas: um estudo na Ribeira, Natal-RN, Brasil. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 10, jul. 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2007000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2007000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 abr. 2017.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. Lei Complementar n. 062, de 02 de fevereiro de 2009. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, CE, Ano LVI, 14.020: 13.

FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. **Cadernos Metrópole**. v. 16, n. 32. São Paulo. pp. 341-363, nov 2014. Disponível em: <[http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/295/original/cm32\\_296.pdf?1474650660](http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/295/original/cm32_296.pdf?1474650660)>. Acesso em: 06 jun. 2017.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16. n. 47. maio-ago, 2011.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. O aquário e os peixes: grandes projetos de Requalificação Urbana e movimentos sociais. **Acta Científica do XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología 2013**. <[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT20/GT20\\_dePntesGodim.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT20/GT20_dePntesGodim.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2017.

GRUPO PROTESTA CONTRA DEMOLIÇÃO DA PRAÇA PORTUGAL E REMOÇÃO DE ÁRVORES. **G1**. Fortaleza, CE, 09 mar. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/03/grupo-protesta-contrademolicao-da-praca-portugal-e-remocao-de-arvores.html>>. Acesso em : 16 jun. 2017.

GHIONE, Roberto. Patrimônio além da arquitetura. O edifício Caiçara, os movimentos sociais e o direito à cidade. Minha Cidade, São Paulo, ano 17, n. 195.04, **Vitruvius**, out. 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.195/6256>>.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2 ed. São Paulo: 34, 2009.

JUSTIÇA AUTORIZA DESOCUPAÇÃO DO PARQUE DO COCÓ PARA OBRAS, NO CE. **G1**. Fortaleza, CE, 26 set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/09/justica-autoriza-desocupacao-do-parque-do-coco-para-obras-no-ce.html>>. Acesso em 16 jun. 2017.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452009000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENESES, Raquel. **Desapropriação indevida entorno do Shopping Rio Mar - Presidente Kennedy**. Fortaleza, 02 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IWWXkpW8adQ>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MUNIZ, Águeda. Presidente Kennedy, um bairro em transformação. **Tribuna do Ceará**. Fortaleza, 25 out. 2016. Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/opiniao/aguada-muniz/aguada-muniz-presidente-kennedy-um-bairro-em-transformacao/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Observatório das remoções de Fortaleza**: conflitos fundiários urbanos e a luta por moradia. 23 mar. 2017. Disponível em: <[http://web.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=1948%3Aobservat%C3%B3rio-das-remo%C3%A7%C3%B5es-de-fortaleza-conflito-s-fundi%C3%A1rios-urbanos-e-a-luta-pela-moradia&Itemid=164&lang=pt#](http://web.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1948%3Aobservat%C3%B3rio-das-remo%C3%A7%C3%B5es-de-fortaleza-conflito-s-fundi%C3%A1rios-urbanos-e-a-luta-pela-moradia&Itemid=164&lang=pt#)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

PINTO, Luiz Carlos. Ocupe Estelita: o movimento de uma cidade contra as empreiteiras. **Carta Maior**. 04 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ocupe-Estelita-o-movimento-de-uma-cidade-contra-as-empreiteiras/4/31086>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

PREFEITO RECUA E A PRAÇA PORTUGAL NÃO VAI MAIS SER DEMOLIDA. **G1**. Fortaleza, CE, 26 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/10/prefeito-de-fortaleza-recua-e-praca-portugal-nao-vai-mais-ser-demolida.html>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

ROCHA, Aline Maria Matos. Teoria crítica e movimentos sociais: convergências, contrapontos e a centralidade da cultura como vetor explicativo. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, Vol. I, N. 8, jan/jun, 2016. Disponível em: <<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/954/929>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

RODRIGUES, Rubens. Desapropriação no Presidente Kennedy só irá ocorrer se houver viabilidade financeira para obra. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 19. fev. 2016. Disponível em: <<http://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/02/19/noticiafortaleza,3577617/desapropriacao-no-presidente-kennedy-so-ira-ocorrer-se-houver-viabilid.shtml>>. Acesso em: 07. maio. 2017.

SENA, João Marcelo. Juiz suspende reintegração de posse após demolição de casas em vila. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 29 out. 2016. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/10/29/noticiasjornalcotidiano,3666579/juiz-suspende-reintegracao-de-posse-apos-demolicao-de-casas-em-vila.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.